

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Riscos de a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de Juros

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios e no valor de mercado das ações da Companhia.

O grande motor para retomada do crescimento nacional pós crise americana e global de 2008 foi a expansão do crédito, incentivada pelo governo e puxada principalmente pelos bancos públicos, o que, em curto espaço de tempo, surtiu efeitos favoráveis. O crédito que em meados de 2008 representava 38,4% do PIB saltou para 49,1% em dezembro de 2011.

Por outro lado, alguns bancos na esteira da euforia da expansão do crédito afrouxaram seus critérios para concessão de financiamentos, em especial para veículos o que, inexoravelmente e conseqüentemente, fez a inadimplência saltar substancialmente.

Concluindo o raciocínio, o atual estágio de saneamento que os bancos vêm fazendo em suas carteiras de crédito mais a atual crise européia que pode estrangular a liquidez do sistema financeiro mundial, podem trazer conseqüências para as atividades comerciais do Grupo Battistella, uma vez que boa parte das vendas de caminhões novos ou seminovos são financiadas. Ainda nesse diapasão, caso a hipótese de escassez de novas linhas de financiamento se concretize, a Companhia pode encontrar dificuldades na rolagem das suas dívidas de curto prazo.

Sobre outra ótica, mas dentro de cenários de mercado que a Companhia não domina, o aprofundamento da crise européia de 2011 encontra a economia brasileira tentando se reanimar do forte desaquecimento ocorrido no segundo semestre de 2011. Crescimento inferior a 3% para o PIB com inflação ainda com tendência de alta, cenário esse possível, pode acarretar conseqüências danosas no que se diz respeito a margens e volume de negócios se comparadas as expectativas originais e, em especial, aos resultados alcançados no ano de 2010.

No âmbito interno, as medidas governamentais para controlar a inflação e a especulação relativa a possíveis medidas com relação à inflação podem também contribuir significativamente para as incertezas acerca da economia brasileira e diminuir a confiança dos investidores no Brasil, afetando adversamente nossa capacidade de acesso às fontes de financiamento, incluindo os mercados de capitais internacionais. As ações futuras do Governo Federal, incluindo redução das taxas de juros, intervenção no mercado cambial e ações para ajustar ou fixar o valor do real, podem aumentar a inflação e afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo. Caso o Brasil enfrente altas taxas inflacionárias no futuro, cenário hoje remoto, podemos não conseguir repassar os preços aos nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos, o que aumentaria nossos custos e reduziria nossas margens líquidas e operacionais.

As medidas decretadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação, principalmente pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BACEN”), frequentemente envolvem a manutenção de uma política monetária estrita, incluindo altas taxas de juros, com a consequente restrição da disponibilidade de crédito e o crescimento da economia brasileira. Caso na hipótese de um descontrole inflacionário a decisão do governo seja aplicar o amargo remédio de aumento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

das taxas de juros, a consequência para a Companhia será a elevação das despesas de juros pagos pelas debêntures e financiamentos de capital de giro com um impacto significativo em nossos resultados líquidos.

Na data deste Formulário, as dívidas da Companhia em reais são atreladas principalmente à taxa CDI mais spread. Na controlada indireta Porto Itapoá o total da dívida está associada ao IPCA. Na data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha a seguinte composição de dívida:

Dívidas empresas 100% controladas – 235,6 mm todas atreladas a CDI + spread
Dívidas contratos vendor (fornecedor Scania) – 52,9 mm atrelada a CDI com redutor
Dívida controlada indireta Porto Itapoá – 476 mm atrelada a IPCA + 11% aa – desse total a companhia consolida 42%.

Analisando os cenários econômicos os quais a companhia não controla, resta ainda comentar sobre variações cambiais. Tendo a moeda norte americana como pano de fundo central, a atual globalização das economias aliada a maior exposição da economia brasileira nas transações internacionais faz com a volatilidade do Real frente as outras moeda aumente bastante. Um cenário de forte desvalorização do real frente a moeda americana pode trazer impactos nos negócios de caminhões pesados uma vez que parte dos insumos são importados. Cabe ressaltar, porém, que para exportações do grupo, madeira processada, haveria um ganho de competitividade.

Enquanto no mercado externo as montadoras pisam no freio em suas linhas de produção em decorrência da crise da Europa, no Brasil o setor se preocupa com os desdobramentos que a nova legislação “Proconve P – 7 (euro V) pode trazer, tanto no aumento do custo quanto na recepção dos consumidores. A expectativa é que absorvido o impacto inicial, em 2012, o mercado mantenha seus índices próximos aos de 2011.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a riscos relevantes****a. Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia adota a política de hedge para suas operações de exportação, através da contratação de ACC (adiantamento de contratos de câmbio)

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota como norma a não exposição de seus passivos e ou ativos a descasamento de moedas, haja vista a maioria de suas receitas serem em Reais.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para proteção patrimonial.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não há parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício**

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Condições financeiras e patrimoniais**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver suas atividades e para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i) hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável em relação ao resgate de ações em razão da Companhia não possuir ações resgatáveis.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez a principal origem de receitas do grupo é proveniente de venda de veículos pesados marca Scania, peças e serviços, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, fornecedor Scania, Petrobrás e lubrificantes Shell. O ciclo operacional da Companhia é de 48 dias e o ciclo financeiro de 34 dias.

O nível de endividamento em 31 dezembro de 2011, de curto e de longo prazo, no valor de R\$ 488.356, dos quais R\$ 208.520 correspondem à consolidação (42%) do Porto, foi

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

superior às disponibilidades que montaram R\$ 32.696. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia medida pelo EBITDA ajustado (Lucro antes de Juros, Impostos e Depreciação & Amortização) foi de R\$ 58.535, sendo que desse montante (R\$ 13.138) refere-se à consolidação do Porto.

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo para financiamento de capital de giro.

O EBITDA, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 58.535 milhões (computado nesse valor - R\$ 13.138 refere-se ao Porto) e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R\$ 68.085 milhões (computado nesse valor R\$ 15.626 refere-se ao Porto). O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 455.660 milhões, sendo que desse montante, R\$ 188.926 refere-se à consolidação da dívida líquida do Porto.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a nossa geração própria de caixa operacional. Também utilizamos linhas de crédito de bancos e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos nossos contratos financeiros e do nosso endividamento, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Conforme divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 19 de março de 2012, a Companhia tem intenção de alienar em todo ou em parte as atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas, em linha com seu atual planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R\$ 488.356 milhões, sendo que R\$ 196.551 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 291.805 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Deste montante, R\$ 199.892 referem-se a empréstimos da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A, que consolida 42% na Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o endividamento bancário foi de R\$ 475.344 milhões e R\$ 453.729 milhões, respectivamente, representando 33% e 67 % (2010) e 41% e 59% (2009) do passivo circulante e não circulante, que, somados, totalizaram R\$ 579.063 milhões e R\$ 575.124 milhões nos mesmos períodos. Desse montante, respectivamente a 2010 e 2009, R\$ 166.373 e R\$ 136.088 referem-se a empréstimos da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da empresa para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis.

Contratos Financeiros

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011.

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Consolidado	
					31.12.2011	31.12.2010
Moeda estrangeira						
Banco Votorantim S/A (c)	17,63%	CDI	Swap	02.09.13	-	3.040
Banco do Estado R.Grande Sul	5,50%	USD	ACC	21.03.12	456	-
LHF Foreign LLC (c)	9,00%	USD	Empréstimo	01.09.15	-	17.197
					456	20.237
Moeda Nacional						
Financiamentos						
Banco Votorantim S/A	17.82%	CDI	Capital de Giro	25.06.12	7.909	15.058

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco Santander (Brasil) S/A	16,76%	CDI	Capital de Giro	28.01.13	-	7.720
Banco Safra S/A	19,64%	CDI	Capital de giro	27.03.12	11.338	-
Banco do Brasil S/A	15,45%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	7.836	7.527
BES - Investimento do Brasil	15,34%	CDI	Capital de Giro	31.07.12	9.581	10.719
Banco ABC Brasil S/A (a)	20,16%	CDI	Capital de Giro	14.03.14	8.941	9.074
Banco do Estado R.Grande Sul	19,38%	CDI	Capital de Giro	20.12.15	23.064	17.977
Banco Industrial e Comercial S/A	21,30%	CDI	Capital de Giro	08.06.12	5.285	6.775
Banco Mercantil do Brasil S/A	23,45%	CDI	Capital de Giro	19.04.12	7.272	13.564
Banco Sofisa S/A	19,18%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	5.647	4.197
Banco BVA S/A	15,37%	CDI	Capital de Giro	20.04.14	4.603	16.617
Banco Fibra S/A	21,25%	CDI	Capital de Giro	26.12.12	4.197	1.357
Banco Daycoval S/A	21,00%	CDI	Capital de Giro	29.02.12	7.188	3.695
Parana Banco	20,53%	CDI	Capital de Giro	22.02.12	5.340	1.063
Outras Instituições Financ.	6,65%	CDI	diversos	diversos	370	370
					108.571	115.713
Arrendamento (Leasing)						
Banco Itaú S/A	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	3	17
Banco Safra S/A	19,04%	Pré-fixada	Leasing	20.08.12		180
Banco Dibens	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	395	848
Banco Catterpillar Financial	19,16%	Pré-fixada	Leasing	20.11.12		2.043
Societe Generale leasing S/A	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	788	1.299
Banco Sofisa S/A	9,92%	TJLP	Leasing	15.10.12	-	25
					1.186	4.412
Empréstimos para investimento						
Banco Santander (Brasil) S/A	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12	905	1.922
Banco Safra S/A	9,50%	TJLP	Finame	16.11.12	734	597
Banco do Brasil S/A	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	176	600
Banco Sofisa S/A	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12	252	551
União de Bancos Bras.S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	217	550
Banco Catterpillar Financial	10,77%	TJLP	Finame	25.05.14	1.315	548
Banco de Lage	9,18%	TJLP	Finame	15.07.11	-	36
Banco BVA S/A - Porto (b)	18,27%	IPCA	Investimento	29.05.19	208.520	176.246
HSBC Bank Brasil S/A	14,17%	CDI	Procer	15.07.12	4.384	12.189
(-) Custos a apropriar s/empréstimos					(9.807)	(12.394)
(d)						
					206.696	180.845

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos-aquisição de peças e veículos						
Bradesco S.A. (BCN)	16,90%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	46.097	54.277
Bradesco S.A.	17,87%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	6.776	-
					52.873	54.277
Empréstimos-desconto de duplicatas						
Banco do Brasil S/A	12,00%	Pré-fixada	Desconto de duplicata	diversos	-	34
					-	34
TOTAL EMPRÉSTIMOS					369.782	375.518
Circulante					(181.692)	(142.988)
Não Circulante					188.090	232.530

Debêntures

Em 27 de junho de 2011 a Companhia emitiu 240 (duzentos e quarenta) debêntures, no valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na data de emissão. As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI-Over), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela Cetip, acrescida de uma sobretaxa, ou spread de 4,50% a.a, conforme definido na escritura de emissão. A remuneração é devida semestralmente, e o primeiro pagamento ocorreu em 27 de dezembro de 2011, e a última ocorrerá em 27 de junho de 2016.

Dentre as obrigações da Companhia na qualidade de emissora das debêntures destacam-se os seguintes limites financeiros, que deverão ser respeitados: (i) durante o prazo de vigência das debêntures a dívida líquida da Companhia, conforme definido na Escritura de Emissão das debêntures, deverá ser inferior ao valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais);e (ii) a Companhia deverá manter o índice obtido entra a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante maior que 1,0 (um inteiro).

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos períodos findos nessas datas, as quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de:				
	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
	o		o		
Receita líquida de vendas	948.616	-1982%	978.631	-2044%	-3%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	-823.673	1721%	-837.955	1750%	-2%
LUCRO BRUTO	124.943	-261%	140.676	-294%	-11%
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	-29.018	61%	-32.044	67%	-9%
Administrativas	-60.674	127%	-57.962	121%	5%
Honorários dos Administradores	-5.152	11%	-3.544	7%	45%
Depreciação	-2.801	6%	-3.357	7%	-17%
Equivalência patrimonial	-	0%	-	0%	0%
Outras receitas (despesas) operacionais	2.628	-5%	21.646	-45%	-88%
	-95.017	198%	-75.261	157%	26%
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	5.134	-11%	5.265	-11%	-2%
Despesas financeiras	-74.559	156%	-55.676	116%	34%
Variação cambial líquida	1.340	-3%	141	0%	850%
	-68.085	142%	-50.270	105%	35%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos	-38.159	80%	15.145	-32%	-352%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	-10.964	23%	-11.529	24%	-5%
Diferido	8.748	-18%	3.801	-8%	130%
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	-40.375	84%	7.417	-15%	-644%
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	-7.497	16%	-10.466	22%	-28%
Prejuízo do exercício	-47.872	100%	-3.049	6%	1470%
Prejuízo atribuído aos					
Acionistas controladores	-47.926	100%	-3.281	7%	1361%
Acionistas não controladores	54	0%	232	0%	-77%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010*Receita líquida de Vendas*

A receita líquida de vendas diminuiu em 2%, passando de R\$ 978.631 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 948.616 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 devido principalmente ao arrefecimento do mercado de caminhões novos.

Custo dos produtos e serviços prestados

Como percentual da receita líquida, o custo dos produtos e serviços prestados apresentou a seguinte evolução: de 1.750% s/a Rol no exercício encerrado em 2010, para 1.721 % s/a ROL no exercício encerrado em 2011.

Lucro Bruto

O lucro bruto diminuiu 11%, passando de R\$ 140.676 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 124.943 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, ficando a margem bruta em 14,37% em 2010 ante a uma margem bruta de 13,17% em 2011.

Receitas (despesas) operacionais com vendas

As despesas operacionais com vendas diminuíram em 9%, passando de R\$ 32.044 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 29.018 milhares no exercício

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas operacionais com vendas passaram de 3,275 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 3,06% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de 0,21%.

Receitas (despesas) operacionais administrativas

As despesas operacionais administrativas aumentaram em 5,60%, passando de R\$ 64.863 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 68.627 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 em decorrência, principalmente, de acréscimo nas despesas do segmento logística, dado o início da operação do Porto de Itapoá, em junho de 2011. Como percentual da receita líquida, as despesas operacionais administrativas passaram de 6,63% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 7,23% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,60%.

Receitas (despesas) operacionais com honorários dos administradores

As despesas com operacionais com honorários dos administradores aumentaram em 1,27 %, passando de R\$ 3.544 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 4.487 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 em decorrência, principalmente, de aumento na remuneração e no número de Conselheiros. Como percentual da receita líquida, as despesas operacionais com honorários dos administradores passaram de 0,36 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,48 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,12 %.

Depreciação

A depreciação diminuiu em 46 %, passando de R\$ 3.357 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 2.801 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 em decorrência, principalmente, de redução depreciação máquinas e equipamentos. Como percentual da receita líquida, a depreciação passou de 7 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 6 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de 1 %.

Outras receitas operacionais

O resultado de outras receitas operacionais diminuiu em 87,86 %, passando de R\$ 21.646 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 2.628 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, de que em 2010 houve recuperação de impostos pagos indevidamente e ajuste decorrente de consolidação de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

parcelamento na área florestal; em 2011 ocorreu acréscimo na constituição de provisões de riscos trabalhistas e cíveis e em 2010 houveram receitas de vendas de imóveis da Battistella Distribuidora.

Receitas financeiras

As receitas financeiras diminuíram em 0,98 %, passando de R\$ 5.265 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 5.134 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram em 34 %, passando de R\$ 55.676 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 74.559 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, aumento da taxa de juros sobre empréstimos e a consolidação de 42% das despesas financeiras do Porto de julho a dezembro de 2011. Neste período o Porto de Itapoá deixou de ser pré operacional.

Variação cambial líquida

A variação cambial líquida aumentou em 850 %, passando de R\$ 141 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.340 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira.

Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro

Devido às variações das contas, acima descritas, o resultado antes dos impostos passou de R\$ 15.145 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para (R\$ 38.159) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida, o lucro antes dos tributos passou de 1,55 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para -4,02 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 5,60%.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social corrente diminuiu em 5 %, passando de (R\$ 11.529) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ (10.964) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de -1,18 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para -1,16 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, uma redução de 0,02%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Imposto de renda e contribuição social diferido*

O imposto de renda e contribuição social diferido aumentou em 130 %, passando de R\$ 3.801 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 8.748 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passou de 0,003 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para 0,009 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 0,006 %.

Prejuízo do exercício proveniente das operações continuadas

O lucro (prejuízo) do exercício proveniente das operações continuadas passou de R\$ 7.417 milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para (R\$ 40.375) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Prejuízo do exercício proveniente das operações descontinuadas

O prejuízo do exercício proveniente das operações descontinuadas diminuiu em 28 %, passando de (R\$ 10,466) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para (R\$ 7.497) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício aumentou em 1.470 %, passando de (R\$ 3.049) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para (R\$ 47.872) milhares no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

**Balanços patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)**

ATIVO	2011		2010		2011/2010
	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	21.929	4%	30.925	5%	-29%
Títulos e valores Mobiliários	6.392	1%	7.876	1%	-19%
Contas a receber de clientes	80.356	14%	123.087	22%	-35%
Valores a receber de arrendamento mercantil	3.135	1%	1.256	0%	150%
Estoques	23.147	4%	33.664	6%	-31%
Impostos a recuperar	4.113	1%	5.107	1%	-19%
Dividendos a receber	-	0%	-	0%	0%
Adiantamentos diversos	3.204	1%	4.244	1%	-25%
Transações com partes relacionadas	-	0%	-	0%	0%
Outras contas a receber	3.407	1%	39.045	7%	-91%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas antecipadas	712	0%	764	0%	-7%
TOTAL DO CIRCULANTE	195.583	35%	252.909	45%	-23%
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	4.375	1%	-	0%	0%
Valores a receber de arrendamento mercantil	147	0%	3.141	1%	-95%
Depósitos judiciais	2.881	1%	2.501	0%	15%
Transações com partes relacionadas	-	0%	-	0%	0%
Impostos a recuperar	19.729	3%	13.162	2%	50%
Impostos diferidos	18.038	3%	9.734	2%	85%
Outras contas a receber	127	0%	251	0%	-49%
Investimentos	37	0%	214	0%	-83%
Imobilizado	251.649	45%	231.177	41%	9%
Propriedade para investimento	2.169	0%	2.230	0%	-3%
Ativo biológico	68.469	12%	80.830	14%	-15%
Intangível	1.789	0%	1.951	0%	-8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	369.410	65%	345.191	61%	7%
TOTAL DO ATIVO	564.993	100,00%	598.100	100,00%	-6%

2011	2010	2011/2010
------	------	-----------

PASSIVO	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
CIRCULANTE					
Fornecedores	10.520	2%	34.961	6%	-70%
Empréstimos e financiamentos	181.692	32%	142.988	25%	27%
Debêntures	14.859	3%	16.235	3%	-8%
Obrigações sociais e trabalhistas	7.862	1%	12.723	2%	-38%
Parcelamentos federais – PAES e REFIS	2.397	0%	2.183	0%	10%
Obrigações tributárias	3.704	1%	5.165	1%	-28%
Dividendos a pagar	575	0%	848	0%	-32%
Credores Diversos	2.603	0%	1.847	0%	41%
Transações com partes relacionadas	-	0%	-	0%	0%
Recursos a devolver a consorciadas	1.970	0%	2.432	0%	-19%
Adiantamento de clientes	5.273	1%	5.283	1%	0%
Provisão para passivo a descoberto em controlada	-	0%	-	0%	0%
Outras contas a pagar	825	0%	2.423	0%	-66%
Operações descontinuadas		0%		0%	0%
Passivos associados a operações descontinuadas	33.337	6%	21	0%	158648%
TOTAL DO CIRCULANTE	265.617	47%	227.109	40%	17%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	188.090	33%	232.530	41%	-19%
Debêntures	103.715	18%	83.591	15%	24%
Transações com partes relacionadas	-	0%	-	0%	0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	9.152	2%	3.720	1%	146%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	540	0%	667	0%	-19%
Obrigações sociais e tributárias	3.321	1%	5.200	1%	-36%
Parcelamentos federais – PAES e REFIS	17.547	3%	20.006	4%	-12%
Credores diversos	7.544	1%	6.240	1%	21%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	329.909	58%	351.954	62%	-6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	151.556	27%	151.556	27%	0%
Reserva de capital	1.254	0%	1.885	0%	-33%
Reserva de lucro	19.094	3%	19.094	3%	0%
Prejuízos acumulados	-203.065	-36%	-154.956	-27%	31%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	-31.161	-6%	17.579	3%	-277%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores	628	0%	1.458	0%	-57%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-30.533	-5%	19.037	3%	-260%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	564.993	100,00%	598.100	100,00%	-6%

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010*Ativo Circulante*

O ativo circulante diminuiu 23 %, passando de R\$ 252.909 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 195.583 em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- Redução de 29 % em caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 30.925 em 2010 para R\$ 21.929 em 2011, em decorrência principalmente de redução do valor das aplicações financeiras do segmento logística (Portinvest e Itapoá);
- Redução de 35 % em contas a receber de clientes, de R\$ 123.087 em 2010 para R\$ 80.356 em 2011, em decorrência principalmente de redução de faturamento no segmento veículos pesados;
- Redução de 31 % em estoques, de R\$ 33.664 em 2010 para R\$ 23.147 em 2011, em decorrência principalmente de redução do estoque de matéria prima e baixa de adiantamentos para compra de estoque;
- Redução de 91 % em outras contas a receber, de R\$ 39.045 em 2010 para R\$ 3.407 em 2011, em decorrência principalmente de recebimento do montante de R\$ 35.383

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decorrente da venda das ações da empresa Vale Rio Canoas Silvicultura e extração S/A de Pyatov Participações Ltda.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um acréscimo de 7 %, passando de R\$ 345.191 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 369.410 em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) Aumento de 50 % em impostos a recuperar, de R\$ 13.162 em 2010 para R\$ 19.729 em 2011, em decorrência principalmente de créditos de PIS e Cofins dos anos de 2006 a 2011, previsto na legislação e que serão compensados nos próximos 2 anos.;
- b) Redução de 15 % em ativo biológico, de R\$ 80.830 em 2010 para R\$ 68.469 em 2011, em decorrência principalmente de redução no plantio e aumento da exaustão do período.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 17 %, passando de R\$ 227.109 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 265.617 em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) Redução de 70 % em fornecedores, de R\$ 34.961 em 2010 para R\$ 10.520 em 2011;
- b) Redução de 38 % em obrigações sociais e trabalhistas, de R\$ 12.723 em 2010 para R\$ 7.862 em 2011, em decorrência principalmente de quitação de parcelamentos;
- c) Aumento de 41 % em credores diversos, de R\$ 1.847 em 2010 para R\$ 2.603 em 2011, em decorrência principalmente de saldo a pagar pela aquisição de ações de minoritários da controlada Mobasa pela controladora no montante de R\$ 1.689;
- d) Aumento de 158.648 % em passivos associados a operações descontinuadas, de R\$ 21 em 2010 para R\$ 33.337 em 2011, em decorrência da classificação das contas da Battistella Distribuidora como “operações descontinuadas” em atendimento ao CPC 31 .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Passivo Não Circulante*

O saldo do passivo não circulante reduziu em 6 %, passando de R\$ 351.954 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 329.909 em 31 de dezembro de 2011. As principais variações foram:

- a) Redução de 23,63% em empréstimos e financiamentos, de R\$ 232.530 em 2010 para R\$ 188.090 em 2011, em decorrência de quitação de parcelas do não circulante;
- b) Redução de 36 % em obrigações sociais e tributárias, de R\$ 5.200 em 2010 para R\$ 3.321 em 2011, em decorrência principalmente de quitação de parcelamentos;
- c) Aumento de 21 % em credores diversos, de R\$ 6.240 em 2010 para R\$ 7.544 em 2011, em decorrência principalmente de dívida de acordo firmado com Codema e Suvesa (vendas para Scania em 2001) e saldo a pagar pela aquisição de ações de não controladores da empresa Mobasa.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido diminuiu em 260 %, passando de R\$ 19.037 em 31 de dezembro de 2010 para (R\$ 30.533) em 31 de dezembro de 2011, em decorrência, principalmente, do aumento do prejuízo do exercício de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a) Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Conforme descrito na nota explicativa nº 30 das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, as linhas da demonstração de resultado são segmentadas em: (i) Florestal, que compreende as atividades de silvicultura, logística florestal, e industrialização de componentes de madeira; (ii) Veículos pesados, que envolve as atividades relacionadas a veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços; e (iii) Logística Porto, que engloba as atividades desempenhadas pelo porto para logística de *contêineres*.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A principal variação da receita entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foi decorrente do decréscimo da receita líquida em virtude do arrefecimento do mercado de caminhões novos, de um novo mix de produtos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Todas as receitas sofrem impacto direto da inflação. Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia foi capaz de efetuar o repasse de grande parte da inflação, mediante a correção dos preços dos produtos e serviços.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que a Companhia possui uma parcela relevante dos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustadas pela composição de diversos índices de inflação, tais como Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) e Índice Nacional De Preços ao Consumidor (“INPC”). O resultado operacional e financeiro nos três últimos exercícios sociais não sofreu impactos relevantes de variação cambial ou taxa de juros.

Os indicadores que impactam o endividamento são TJLP (BNDES-FINAME) e CDI (empréstimos bancários e debêntures).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Conforme divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 19 de março de 2012, a Companhia tem intenção de alienar em todo ou em parte as atividades do setor florestal, atualmente desenvolvidas por suas controladas, em linha com seu atual planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 16 de novembro de 2010, a Empresa Battistella Participação em Recursos Renováveis S/A foi incorporada pela empresa Battistella Administração e Participações S/A, conforme protocolo e Justificação de Incorporação e Ata da 26ª Assembléia Geral Extraordinária.

Em 30 de novembro de 2010, a empresa Florestal Battistella S/A – Flobasa realizou cisão parcial com incorporação de parte do patrimônio da Companhia para Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa, conforme protocolo e Justificação de cisão parcial e Ata da 49ª Assembléia Geral Extraordinária.

Em 27 de dezembro de 2010, ocorreu a incorporação da empresa Florestal Battistella S/A – Flobasa pela empresa Battistella Administração e Participações S/A, conforme protocolo e Justificação de incorporação e Ata da 27ª Assembléia Geral Extraordinária.

Em 23 de agosto de 2011, ocorreu a incorporação da empresa Battistella Logística Ltda (Controlada) pela empresa Battistella Veículos Pesados Ltda.(Controlada), conforme protocolo e Justificação de incorporação e 65ª Alteração do Contrato Social da incorporadora.

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da empresa Battistella Veículos Pesados Ltda (Controlada) pela empresa Battistella Administração e Participações S/A (Controladora), conforme protocolo e Justificação de incorporação e Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária.

c) Eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas por nós.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças nas práticas contábeis/Ressalvas e ênfases****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em nossas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Na opinião da auditoria independente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sem ressaltar sua opinião, os auditores independentes chamaram a atenção para o fato que a Companhia tem apresentado prejuízos operacionais, bem como elevado nível de endividamento e insuficiência de capital de giro. Para reversão desta situação, a Companhia vem reestruturando o perfil do seu endividamento financeiro, está descontinuando operações deficitárias e tem a intenção de alienar em todo ou em parte as atividades do setor florestal. Com relação a sua controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A, o incremento de suas operações bem como sua continuidade operacional, dependem da manutenção do apoio financeiro proveniente de seus acionistas ou da obtenção de financiamento adicional com recursos de terceiros, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir as necessidades de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Adicionalmente, essa controlada em conjunto, possui no ativo não circulante imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 17.897 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 8.521 mil em 2010), decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A administração da controlada em conjunto, com base no estudo das projeções futuras, possui razoável segurança que a controlada em conjunto será capaz de gerar lucros tributáveis futuros suficientes para utilizar esses créditos nos próximos 9 anos. Essas condições mencionadas acima, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da controlada em conjunto.

Em 30 de novembro de 2011 a controlada Battistella Veículos Pesados Ltda. foi incorporada pela Companhia pelos valores contábeis da época e sem acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora. Na análise das demonstrações financeiras individuais do exercício de 2011, em comparação com as do exercício de 2010, essa situação deve ser levada em consideração.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Essas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adota as práticas contábeis adotadas o Brasil.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A e Portinvest Participações S/A (“controlada em conjunto”) estão consolidadas nestas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da participação que a Companhia detém no seu capital social (a participação da Companhia na Itapoá é de 42% e na Portinvest de 60%), desde que tratam-se de sociedades controladas em conjunto. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios.

As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

O detalhamento das controladas da Companhia, os critérios de consolidação e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa 12.

Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasVendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

A Companhia como arrendadora As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatária Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Contas a receber

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Tributação

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, com exceção da Modo Battistella Reflorestamento S.A. – MOBASA que apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação.

Ativos intangíveisAtivos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ativo Biológico

Os ativos biológicos correspondem a florestas de pinus, as quais são destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tem um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A avaliação dos ativos biológicos é feita semestralmente, desde que não haja indicativos ou indícios de mudanças significativas, pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de uma Companhia gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Investimentos mantidos até o vencimento

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, impostos a recuperar e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas*Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio*

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio do grupo é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

Apresentação da demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2010

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia está apresentando a demonstração do resultado finda em 31 de dezembro de 2010, conforme determina as normas brasileiras de contabilidade, para refletir a classificação em 31 de dezembro de 2011 dos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas, atendendo assim os preceitos de comparabilidade trazidos pelo CPC 31 - ativo não-circulante mantido para venda e operação descontinuada.

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2011 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo CPC. Os principais objetivos dos nossos controles internos são:

- Manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos nossos ativos e passivos;
- Fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as nossas receitas e despesas estão sendo reconhecidas somente de acordo com as autorizações da nossa administração;
- e
- Fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada de nossos ativos que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Os nossos diretores entendem que nossos procedimentos e sistemas de controles internos são adequados e suficientes e foram desenvolvidos e implementados de forma a permitir a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e precisas. Ademais, até o momento não foram detectadas imperfeições em nossos controles internos. Não obstante, nossos diretores buscam o aperfeiçoamento constante de referidos procedimentos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossa administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação de nossa administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:****a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:**

Em 27 de junho de 2011 a Companhia realizou uma oferta pública com esforços restritos de 240 (duzentos e quarenta) debêntures no valor total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Os recursos obtidos por meio deste oferta foram utilizados para: (i) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª emissão da Companhia; e (ii) para o refinanciamento de dívidas da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes das aplicações dos recursos apresentadas na oferta pública de emissão de debêntures com esforços restritos realizada em junho de 2011.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável à Companhia uma vez que não houve desvios na aplicação dos recursos captados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detem participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.